



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

www.cddmoz.org

Segunda - feira, 04 de Novembro de 2024 | Ano V, n.º 315 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Moçambique: Quando o Terror e a Intimidação Redefinem Moçambique



Hoje Moçambique vive um dos momentos mais tensos e brutais da sua história recente. Desde o dia 21 de outubro, manifestações tomaram as ruas do país, em especial nas cidades de Maputo, Nampula, Niassa e em partes de Sofala e Inhambane. Convocados pelo candidato Venâncio Mondlane, que afirma ter vencido as eleições gerais, os protestos são uma resposta à alegada fraude eleitoral e à deterioração geral das condições sociais e económicas no país. Os manifestantes, na sua maioria jovens, saíram às ruas exi-

gindo não só justiça eleitoral, mas também justiça social e o direito a uma vida digna e cheia de esperança.

Os jovens moçambicanos estão clamando por algo simples e fundamental: um país livre de corrupção, sem crime organizado, com acesso à educação, saúde, transporte e oportunidades de emprego que lhes permitam formar famílias e construir o futuro. Esses direitos, garantidos pela Constituição, estão cada vez mais distantes da realidade do povo. A situação chegou ao ponto em que a própria so-

brevivência e dignidade se tornam motivos de luta.

Apesar do direito constitucional de manifestação, os protestos pacíficos têm sido esmagados pela repressão brutal da Polícia da República de Moçambique (PRM). Armados até aos dentes, com munição real e de borracha, gás lacrimogéneo e armamento pesado, as forças policiais confrontam manifestantes e até mesmo famílias inocentes nas suas próprias casas. Desde o início dos protestos, foram registados 13 mortos, mais de 480 feridos e aproximadamente 700 detenções arbitrárias em todo o país.

Em Maputo, a repressão policial é intensa e assustadora. Agentes invadem residências, lançam gás lacrimogéneo dentro das casas, intimidam famílias e ferem crianças. Essa brutalidade indiscriminada gerou uma atmosfera de medo e desespero e lembra um cenário de guerra urbana. Em Mecanhelas, Niassa, as forças policiais chegaram a abrir fogo contra uma multidão, num episódio que ecoa tragédias e massacres que marcaram capítulos sombrios de outras nações.

A violência exercida pelo Estado é alarmante. Esses jovens, que deveriam ser o futuro do país, estão sendo tratados como inimigos, simplesmente por expressarem suas vozes e desejos de mudança. Ao enfrentar o povo com balas e gás lacrimogéneo, o governo de Moçambique não está apenas reprimindo protestos, mas sufocando o direito fundamental à esperança de um futuro melhor. Essa reacção desproporcional demonstra uma crise de valores democráticos e de respeito aos direitos humanos.

A resposta violenta da PRM expõe a fragilidade do sistema e a incapacidade das instituições de lidar com demandas legítimas por mudanças. A repressão em massa, a perseguição domiciliar e o cerceamento do direito de expressão configuram graves violações aos direitos humanos, direitos que deveriam ser protegidos e promovidos pelo Estado. Esse ambiente de terror e intimidação assemelha-se ao

que muitos chamam de “Moçamvenezuela”, refletindo a transformação de Moçambique num cenário de autoritarismo e brutalidade.

O futuro de Moçambique parece sombrio, a menos que haja uma resposta contundente e coordenada para conter essa escalada de violência. É urgente que a comunidade internacional se atente ao que está acontecendo e que os moçambicanos tenham o direito de se manifestar livremente. Sem uma intervenção decisiva e a garantia de que os direitos constitucionais serão respeitados, o país corre o risco de afundar num ciclo de repressão e sofrimento.

A sociedade moçambicana clama por justiça e dignidade e é hora de todos os que valorizam os direitos humanos e a democracia se unirem a esse clamor. Esses jovens são o futuro de Moçambique, e as suas vozes, sonhos e esperanças não podem ser silenciados pela brutalidade do Estado.

O que vemos hoje em Moçambique reflecte um padrão que já se desenrolou nas eleições passadas na Venezuela, onde o actual presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE) de Moçambique, bispo Carlos Matsinhe, esteve presente. Assim como em Moçambique, as eleições venezuelanas foram marcadas por alegações de fraude, repressão violenta aos manifestantes e uma progressiva erosão dos direitos civis, com a intimidação da sociedade civil e o silenciamento das vozes da oposição. Daí surge a expressão “Moçamvenezuela” – uma mescla das tendências autoritárias observadas em ambos os países, onde a busca por justiça e transparência eleitoral é sufocada pela força bruta e pela manipulação política. A presença de Matsinhe nas eleições venezuelanas desperta questionamentos e torna-se um símbolo preocupante de como práticas autoritárias vêm sendo normalizadas e importadas, colocando em risco o futuro democrático de Moçambique e os direitos do seu povo.



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Assistentes do Programa: Artur Malate; Yara Carina Lamúgio; Stella Bié
Autor: Prof. Adriano Nuvunga
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

